

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2015:** *Aos oito dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Helder Martinho Valente Simões**, **Dra. Ana Maria de Jesus Silva** e **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**.*

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo **Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos**.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m.* =====

===== *Não esteve presente na reunião o Vereador **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques**, por se encontrar a representar o município num Congresso de Culinária, no Alentejo, falta essa considerada justificada.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Duas ou três notas. Uma, prende-se com o ato eleitoral do passado dia 4 de outubro. O ato eleitoral decorreu com normalidade em Oliveira de Azeméis, os resultados são conhecidos, não nos é pedido que façamos uma análise aos resultados do município, o que é pedido é que se encontrem resoluções de governabilidade para o país e estamos todos expectantes que se resolva para que o país continue a trabalhar para podermos ter interlocutores e resolver alguns assuntos que mantemos pendentes com a Administração Central, pois estamos num período de alguma paralisia funcional. Ainda sobre o processo eleitoral, nós temos responsabilidades político-partidárias de nos nossos fóruns poder dar contributos e inputs para que se proceda a algumas correções do funcionamento dos atos eleitorais. O Vereador **Hélder Simões** esteve aqui comigo, num sábado de amanhã, numa reunião sobre um protesto do BE à Comissão Nacional de Eleições, sobre a elaboração das mesas em Nogueira do Cravo e outra situação do PS em Fajões e isso é uma situação a não repetir. Outra informação, relativamente ao IC2, houve mais um acidente com alguma gravidade no domingo, com 10 feridos. Na segunda-feira de manhã, eu contatei mais uma vez a Senhora Diretora das Infraestruturas de Portugal e ela mandou um*

email a dar nota das medidas que as infraestruturas de Portugal vão fazer e eu já pedi aos nossos serviços técnicos para irem ao terreno, para percebermos concretamente em que zonas é que estamos a falar: remarcação da sinalização horizontal incluindo a antecipação do final da via de lentos, no sentido sul norte aproximadamente ao km 265 e 250; ajustamento da sinalização vertical de limitação de velocidade nos nós desnivelados; a substituição das balizas cilíndricas e delineadoras degradadas e colocação de novos nos locais em que se encontra em falta, ou seja, aqueles separadores luminosos no meio das faixas de rodagem; e a realização dos ensaios de avaliação das características superficiais do pavimento, nomeadamente a aderência do pavimento no fim do troço. Esta questão da aderência tem a ver com a chuva, porque se repararem a maior parte dos acidentes ocorrem com chuva e pode haver aqui algum fenómeno que esteja acontecer e que precise de ser rapidamente resolvido. Portanto, os trabalhos de sinalização vertical, marcação horizontal e de balizamento encontram-se a decorrer, prevendo-se que estejam totalmente concluídos até ao final do presente ano. Relativamente ao ensaio de aderência do pavimento e não tendo sido possível antecipar a sua realização, o mesmo será concretizado no âmbito da campanha que irá decorrer a nível nacional, até ao final de 2015. A título de informação, o Senhor Vereador Helder Simões na última reunião falou dos projetos da Indaqua que estavam na Câmara Municipal. Portanto, temos o projeto da ETAR Sul e segundo as indicações dos nossos técnicos há ali só um problema burocrático, que tem a ver com a interpretação da notária relativamente às servidões. Estamos a falar de um investimento a rondar os dois milhões e seiscentos mil euros da ETAR Sul. O outro projeto que já está entregue e está a ser analisado é a adutora para o reservatório 24 no Pinheiro da Bemposta e as caixas de derivação para o reservatório 22 e para a Zona Industrial de Loureiro, estamos a falar perto de um milhão de euros, mais concretamente de oitocentos mil euros mais IVA. O interceptor de S. Roque e o interceptor do Cercal, a que do ponto de vista de empreitada chamam Sistema do Salgueiro, estamos a falar de um investimento perto dos quatrocentos mil euros. Estes são os projetos que neste momento estão a ser analisados pelos nossos serviços técnicos. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Senhor Presidente, já perguntei aqui em tempos e o Senhor Presidente garantiu que ia levar a situação até às últimas consequências para apurar devidamente o que se passou, a decisão do Centro de Línguas transitou e, portanto, acho que está na altura de nós tomarmos algumas medidas no sentido de percebermos para onde é que foram os seiscentos mil euros. Acho que é importante, acho que não podemos abdicar disso, estamos a pagar isso e, portanto, é uma obrigação nossa tentar perceber o que aconteceu até para impedir que volte a acontecer. Ficamos a aguardar que nos diga o que vai fazer sobre isso. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Começaria por falar no Dia Mundial do Coração, que comemoramos no passado dia 28, na véspera desse dia, e dizer-vos que esta iniciativa tinha como objetivo principal reforçar a importância da prática desportiva e também promover um estilo de vida mais ativo para um melhor coração e para uma vida mais saudável. Conseguimos ter nessas atividades, uma caminhada urbana e a

formação de um coração humano em frente à Câmara Municipal, cerca de quatrocentas pessoas ou mais de quatrocentas pessoas, ligadas às nossas instituições sociais, às IPSS's, ao Programa Desportivo Viver Melhor, mas também alunos do Cursos Profissionais do Agrupamento de Escolas Soares Basto. A fotografia que foi tirada e enviada para a Federação Portuguesa de Cardiologia foi a foto do coração, da master classe e da caminhada, que retrata bem a presença e a vontade das pessoas que participaram. Queria também dar uma nota positiva à realização do seminário final do projeto da Santa Casa da Misericórdia "O Ponto Final", um projeto na área da violência doméstica e que em boa altura veio porque Oliveira de Azeméis está sinalizada, em termos distritais, como o segundo concelho com maior número de ocorrências na GNR em termos desta problemática. O nosso diagnóstico social, que estamos a atualizar, as primeiras abordagens vão também nesse sentido, numa grande diferença entre o último diagnóstico social e o que agora estamos a realizar. É uma das problemáticas que é mais focada, não quero dizer com isto que a problemática tenha vindo a aumentar, mas talvez o número de denúncias e ocorrências será também esse o motivo. Queria também falar-vos um pouco do nosso Dia Internacional da Pessoa Idosa e como é habitual comemoramos no dia 01 de outubro com a realização das Olimpíadas Seniores, este ano é a 12.ª Olimpíada Sénior. Fizemos a abertura destas olimpíadas a outros municípios do EDV, temos sempre a presença do município de Santa Maria da Feira e pela primeira vez tivemos uma entidade do município de Gaia. Foi interessante porque foi essa entidade que nos contactou, porque viu uma notícia das nossas olimpíadas e quiseram associar-se. Nesse dia tivemos 523 participantes inscritos, dos quais 423 foram jogadores que participaram em cinco jogos e que houve a habitual entrega de prémios a finalizar esta iniciativa. Também dizer-vos que no passado dia 05 de outubro, Dia da Implementação da República e dentro do nosso Programa Comemorativo da Evocação do Centenário da Primeira Guerra Mundial, iniciado no ano passado, tivemos a abertura de uma exposição que está a decorrer na Galeria Tomás Costa, até ao dia 25 de outubro, intitulada por "Portugal e a Grande Guerra". É uma exposição constituída por vários painéis e algumas peças dessa Guerra, quer capacetes, quer algumas metralhadoras e é uma parceria com os Militares e com a Direção da História e Cultura Militar de Lisboa. Portanto, é uma boa ocasião para aprofundarmos os nossos conhecimentos sobre este acontecimento que apesar de ser um conflito armado lamentável, mas que trouxe e reflete-se em algum desenvolvimento social da Europa. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Uma nota prévia, uma sugestão sobre a questão das mesas de voto e da constituição das mesmas, eu já tive oportunidade de dizer na altura nessa reunião, manifestamente a reclamação do BE era desprovida totalmente de sentido e que não faria sentido sequer a realização da reunião por causa da reclamação inconcreta, uma vez que o BE recebeu a notificação. As Juntas de Freguesia, todas elas, nesse aspeto foram cumprindo com aquilo que tinham obrigação de fazer, não obstante o próprio Tribunal Constitucional não indicar as moradas e emails corretos, mas globalmente as coisas por parte das Juntas de Freguesia correram bem. O BE veio dizer naquele caso concreto que tinha percebido mal ao telefone, mas eu acho que tudo

isso se resolvia e até deixava a sugestão de o município fazer chegar isso a quem de direito, que nas eleições legislativas funcionasse o mesmo princípio das eleições autárquicas em que está taxativamente marcado na lei qual é o dia e hora da reunião, não há cá convocatórias para ninguém, toda a gente que está envolvida nos processos sabe e só tem que se fazer representar na dita reunião e assim não há convocatórias com vinte e quatro horas, em cima da hora, aos sábados, resolvia-se se calhar parte do problema. Ultrapassando isso, voltando a questões da gestão do nosso município, gostava de perceber concretamente qual o ponto de situação da concessão do estacionamento à Costa Parques e como é que está a ser cobrado neste momento as receitas dos parquímetros. Obviamente que todos sabemos que a concessão terminou no passado mês de setembro e já estamos em outubro, o prolongamento que nós fizemos aqui foi de um ano e dez meses. A primeira tinha sido por sete anos e, portanto, pela minha leitura dos prazos, gostava de perceber quando é que efetivamente termina, porque a minha contagem de prazos é que a concessão iniciou no dia 01 de dezembro, não consigo precisar o ano, e terminaria no final de setembro. Portanto é uma questão que gostava de perceber. Uma outra questão, tem a ver com uma informação que foi disponibilizada na última assembleia municipal, são referidos aqui, em dado momento, pela Divisão Municipal de Empreitadas, algumas situações que eu acho que não correspondem ao efetivo estado das obras e gostava de perceber, nomeadamente o Campo de Jogos Municipal de Cucujães, que tem um prazo de execução de 24 de maio 2015, já passaram 5 meses, e em setembro teria 3% de execução. Todos nós passamos lá e constatamos que nem está nos 3% de conclusão e também não está concluída dentro do prazo. Não sei se deveríamos ter prolongado o prazo da obra, se há algum incumprimento, o que é que está a justificar este atraso. Depois gostava de perceber o que é a reabilitação do espaço público envolvente da zona escolar desportiva de Oliveira de Azeméis Fase 1, com despacho de adjudicação de cento e oitenta mil euros à empresa Principal Prioridade, em janeiro deste ano, mas que até à data não teve, ou pelo menos não tem aqui a indicação, de qualquer execução. Por último, gostava de perceber qual é o ponto de situação efetivo da requalificação do Jardim da Feira dos Onze. Uma obra que teria de estar concluída no dia 17 de junho, foi adjudicada por cerca de oitenta mil euros, tem 100% de conclusão do ponto de vista contratual, mas objetivamente aquilo que está feito e que podemos constatar manifestamente parece-nos que não cumpre sequer aquilo que nós aprovamos aqui. Está muito longe de ser aquilo que nós aprovamos aqui e parece-me manifestamente que não está concluído. São estas incoerências entre o que está contratualmente concluído mas que na prática não estão, coisas que estão adjudicadas que não sabemos o que é que são e trabalhos que já deveriam ter um nível de execução diferente daquele que está aqui na realidade. Nestas coisas convém que comecem a cruzar todos os dados e a bater certo, manifestamente olhando para os papéis a realidade parece ser muito diferente daquela que está aqui documentada. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira que fez a seguinte intervenção: Relativamente a esta ordem de trabalhos, tenho três assuntos que são recorrentes e que de certa forma foram abordados na última reunião. Um tem a ver com a

questão da situação das ETAR's, como não falou desse aspeto, era exatamente saber neste momento o que é que a Associação de Município de Terras de Santa Maria tem em desenvolvimento para dar resposta a este problema que, como referiu na sessão de assembleia municipal também, é um problema muito grave e um problema que não podemos deixar para muito mais tarde. Portanto, devemos acompanhá-lo e perceber o que é que está em causa, encontrar responsabilidades e atuar. Portanto, Senhor Presidente, se fosse possível fazer-nos um relato mais pormenorizado disso agradecia. Segundo aspeto, tem a ver com os transportes escolares. Na altura, foi dito que não tinha havido nenhuma comunicação formal por parte do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro e não é isso que pelo menos existe em registos que foram feitos em várias ocasiões e a situação de facto manteve-se, mas isso não é o mais importante, o mais importante é saber se no desenvolvimento dessas diligências, que sei que existiram por parte do Vereador Isidro Figueiredo, neste momento estamos em condições de ter esses dois problemas resolvidos, quer seja a questão do horário dos transportes do nordeste particularmente, quer seja a questão do transporte ser feito até junto da escola. Julgo que essa é uma matéria importante, apesar de haver quem discorde, julgo que é também legítimo defender que os alunos devam ser transportados até ao local, uma vez que os transportes sendo pagos pelo Ministério de Educação obviamente que seria importante que os alunos também tivessem esta segurança, porque aquele percurso, particularmente na zona do cruzamento, com o aglomerado de alunos, com um conjunto de condicionantes do próprio trânsito nessa zona, é suscetível de provocar alguns problemas de segurança. Portanto, saber se de facto este problema foi ou não foi resolvido. Finalmente, uma terceira questão também já abordada aqui, tem a ver com a reabertura da Casa Museu Ferreira de Castro. Nós vamos entrar em 2016 no centenário da publicação da primeira obra de Ferreira de Castro e de facto neste momento, ao que sei, a Casa Museu continua fechada. Portanto, perceber se as obras relativamente ao telhado foram efetuadas, obras estas importantes, e se a Casa Museu poderá ficar aberta para quem nos visita e para todos os oliveirenses que queiram fazer essa visita possam usufruir daquele espaço que é um espaço naturalmente de referência em termos de espaço cultural e histórico do nosso patrono concelhio que é Ferreira de Castro. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo, que disse: Começava por referir a realização de um evento que teve lugar em Oliveira de Azeméis, que foi a realização do IX Capítulo da Confraria das Papas de São Miguel e que trouxe até Terras de La-Salette cerca de 40 confrarias de todo o país e que foi realizado dois dias antes do dia de São Miguel, que é o patrono quer de Oliveira de Azeméis, quer da própria Confraria, e que foi um momento importante de divulgação da nossa riqueza gastronómica, mas também do nosso município. Foi feita no Parque da La-Salette, houve ocasião não só de conhecer o Parque como também, e em particular, o Berço Vidreiro. O desfile trouxe as pessoas até à cidade, à parte histórica, e finalmente a realização do capítulo propriamente dito, que se realizou na quinta da Dona Isabel Maria Calejo, em Cidacos. Foi ocasião para serem entronizados três novos confrades de honra, pela primeira vez pessoas coletivas que de alguma forma também têm uma

interação com a Confraria: o Grupo Folclórico de Cidacos, a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis e a Junta de Freguesia de S. Roque. Já agora gostava de responder à questão que o Senhor Manuel Alberto colocou na última reunião relativamente aos transportes. Gostava de sublinhar que até ao momento não há nenhum registo formal de reclamações relativamente aos transportes. No entanto, na sequência da reunião, e porque assumi também esse compromisso, no mesmo dia reuni com a Direção do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro que me confirmou essa questão, mas que referiu que iriam decorrer na semana seguinte um conjunto de reuniões pelos diretores de turma, pais e encarregados de educação e que finalizadas essas reuniões, seria novamente feita uma reunião para podermos ajustar eventuais discrepâncias do ponto de vista da adequação dos transportes em alguns circuitos. Ontem fiz novamente um contacto com a Senhora diretora, que disse que de facto havia pequenos ajustamentos a fazer, não era só nesse que foi referido, mas que está a concluir precisamente esse trabalho resultante das reuniões feitas com os encarregados de educação. Da nossa parte, há total disponibilidade para se fazer os ajuntamentos necessários, sendo certo que o nosso interesse é servir da melhor forma possível a acessibilidade à escola e servir os alunos no sentido de que se minimize o tempo de espera entre a saída da escola e o seu regresso, ou quando, se for o caso, quando vêm para a escola. Portanto, há também a questão do transporte acercar-se perto da escola e, portanto, essa é uma questão vai ser tratada juntamente com outras que eventualmente nos serão reportadas e que serão objeto de ajustamento com a empresa. Aliás não tem sido de outra forma, tem sido sempre assim todos os anos e com todos os agrupamentos, pois também há pequenos ajustamentos a fazer neste ou naquele agrupamento. Sempre foi feito todos os anos no início do ano escolar, nas primeiras semanas, eventuais ajustamentos, porque às vezes a hora de espera que acontece entre o final das atividades letivas e o momento em que o autocarro chega à escola é aproveitado, estou-me a lembrar do Agrupamento de Escolas de Loureiro e Pinheiro da Bemposta em que os alunos têm uma hora de espera e é precisamente nessa hora que são marcadas muitas atividades extracurriculares na escola, nos clubes e, portanto, se o autocarro vier uma hora mais cedo os alunos não podem participar nessas atividades. Como sabem também, estou presente em todos os Conselhos Gerais e estas questões, como outras, são abordadas e são tidas em conta e serão sempre feitos os ajustamentos necessários para que tudo funcione da melhor forma possível. O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto: Senhor Presidente, se não fosse inconveniente, ficou aqui a ideia de que na minha intervenção na reunião passada, na sequência desta resposta do Prof Isidro, de que não houve problemas no ano passado, não houve comunicação formal no ano passado. O que eu disse foi que ao contrário daquilo que tinha sido dito, que não tinha havido uma comunicação formal o ano passado e foi feita a comunicação formal, não foi dada resposta ao problema que se manteve e que se mantém este ano e está a ser resolvido e ainda bem. Foi isso que eu disse e, portanto, que fique claro que de facto no ano passado, e estou a falar concretamente aquilo que aconteceu, eu alertei exatamente na reunião passada sobre esse problema porque no ano passado não tinha sido resolvido.

Obviamente que eu não estou a dizer que só existe o Agrupamento Ferreira de Castro, longe de mim pensar isso e não é isso que está em causa. O que eu disse foi que era importante que esse problema fosse resolvido. Quanto à questão dos horários, pois é evidente que se a escola reportar isso como um problema, passa a ser um problema e se o município conseguir dar resposta será excelente. O Vereador Dr. Isidro Figueiredo respondeu: Gostava de sublinhar isso que quer da minha parte, quer da parte da Divisão Municipal de Educação, há sempre total abertura para encontrar as melhores soluções para resolver os problemas e o nosso interlocutor tem que ser a direção da escola, não há outra forma. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge Ferreira que fez a seguinte intervenção: Começo por felicitar a coligação PSD/CDS pela vitória nas últimas eleições legislativas, no passado domingo. Sublinhar também a completa tranquilidade com que decorreu o ato eleitoral em Oliveira de Azeméis, julgo que decorreu de certa forma quase generalizada neste país e, portanto, esse é um excelente sinal da nossa maturidade democrática que não era assim no passado, havia frequentemente registos de incidentes, alguns com alguma gravidade e parece-me que esses incidentes tendem a ser banidos, o que é muito positivo. Algumas questões muito simples, que têm ver com salubridade, ambiente e qualidade de vida. A necessidade de nós olharmos para as rotundas que são um cartão-de-visita da entrada do município e dar-lhes dignidade. Temos rotundas tremendamente mal cuidadas, completamente desprezadas, algumas são da responsabilidade do município, outras são da responsabilidade das freguesias, temos rotundas que têm uns tacos que dificultam a visibilidade, temos rotundas que têm elevações e dificultam a visibilidade, temos rotundas que têm dimensões desadequadas e, portanto, era importante nós darmos a devida atenção às rotundas. Um aspeto também interessante, que é algo que podemos ver nas rotundas de São João da Madeira, são os sinalizadores luminosos que permitem com muita facilidade e com muito pouco investimento tornar as rotundas visíveis à noite, que eu acho que devia ser um aspeto que devia ser observado pelo município de Oliveira de Azeméis. Outro aspeto tem a ver com a higiene e com o ambiente, é o estado dos caixotes do lixo, que sinceramente parece-me que o serviço prestado por esta empresa é francamente mau, mas esta é uma opinião pessoal e poderá ser contrariada se tiverem a possibilidade de o fazer. O que é um facto é que é frequente ver os caixotes do lixo completamente por higienizar, muitos deles com as rodas partidas, julgo que haveria de prestar atenção, porque é também um elemento que revela a preocupação que o município tem com estas questões e obviamente que não é a imagem da empresa que está em causa, mas sim a imagem do município. Portanto, seria importante que nós olhássemos e tivéssemos a possibilidade de fazer até alguma monitorização desse trabalho para mostrar que até é relativamente simples, basta pedi-lo às Juntas de Freguesia e também aproveitar esse contacto com as Juntas de freguesia para avançarmos para uma realocação dos caixotes do lixo. Há caixotes do lixo que estão manifestamente em sítios errados, alguns na própria via pública e colocam em risco a segurança rodoviária. É fácil ver exemplos desses, já os referi aqui há não sei quanto tempo atrás, existem em Cucujães por exemplo, e seria muito importante que nós

olhássemos para aquilo, e aliás é um trabalho que pode ser feito de forma conjugada com as Juntas de Freguesia. Uma outra questão, tem a ver com os esgotos na zona da Cerciaz e quartel da GNR. Houve reclamações em relação às operações que eram feitas às quintas-feiras num ponto de descarga junto à rotunda, deslocar o ponto para uns metros atrás e praticamente aquilo que se fez foi transferir o problema, ou seja, deixamos de afetar tanto um conjunto de moradores que estavam perto desse ponto de descarga para passar a afetar outro conjunto de moradores que agora ficam mais perto do novo ponto de descarga. Eu julgo que nós aqui sentados não temos a perceção do problema, julgo que não seria mau nós nos deslocarmos ao local e perceber do que é que efetivamente estamos a falar, porque acreditando naquilo que as pessoas dizem e eu tenho por hábito acreditar naquilo que as pessoas dizem, aquilo é realmente insuportável. E, portanto, eu julgo que nós temos que nos empenhar para junto da INDAQUA, e julgo que a INDAQUA será completamente recetiva a isto, se isto obviamente não acarretar prejuízos económicos relevantes, estará permeável à possibilidade de nós fazermos descargas noutra ponto e abandonarmos aquele ponto, ou então deslocalizarmos aquele ponto fazendo obras. Na altura, lembro-me que o Hélder Simões falou num outro ponto que estava perto das traseiras da CERCIAZ, que estava assoreado, não sei se é verdade, se é mentira, mas objetivamente arranjar uma solução para aquilo, porque não é bom para o município ter uma empresa privada a fazer descargas na via pública e muito pior ainda quando essas descargas são feitas junto de habitações. Julgo que é um problema que deve ser resolvido, devemos empenharmo-nos numa solução e não me parece sinceramente que seja um problema impossível de resolver. De qualquer forma deixo aqui o desafio caso entendam que nos devemos deslocar ao local e perceber se aquilo que as pessoas reclamam tem ou não tem algum fundamento, ou se há algum exagero por parte das pessoas. Uma outra questão, já que estamos a falar da INDAQUA tem a ver com aquela questão da reunião que o executivo promoveu e da resposta que ficou de ser dada por parte da empresa. Perceber se existe algum desenvolvimento nessa matéria, porque naturalmente para quem paga todos os meses 400, 500 ou 600 euros pela descarga de fossas, esta é uma questão urgente que precisa obviamente de uma resposta positiva ou negativa, mas que precisa de uma resposta e claro todos nós desejamos que ela seja positiva. Uma outra questão recorrente, esta muito simples que tem a ver com a Travessa Preza da Cachana, é esse o nome. Eu como trabalho junto dessa travessa, sempre que apanho um morador ou outro, eles acusam-me de não fazer rigorosamente nada, acusam-me de nós não resolvermos o problema, já falaram e já oficiaram várias vezes o município, que já foi dada a resposta que iam técnicos ao local, que o assunto ia ser avaliado. Julgo que a própria Junta de Freguesia já se comprometeu a arranjar solução para o problema e aquilo é uma solução que consiste em colocar um ponto de luz pública ali que sirva o prédio porque a via é pública. Basicamente procurar sensibilizar o executivo para a necessidade também de satisfazer um conjunto de pessoas com um aspeto também relativamente simples. Um outro aspeto que já não é tão simples tem a ver com a questão da Rua da Espinheira. Eu disse-lhe na última vez que falei nisto que não gostaria que o executivo ficasse associado, nós manifestamos muita preocupação

em relação aos acidentes que acontecem no IC2 e noutras vias do concelho, a algum aspeto negativo que acontecesse nesta rua, por causa da ameaça da derrocada que existe naquela via. Eu não sei se os serviços já fizeram alguma avaliação técnica daquilo. O Senhor sabe que temos tido alguns problemas com abatimentos, até aqui na cidade, abatimentos até de alguma relevância, de alguma importância, na zona da Milhinha, na zona da antiga EDP, temos tido alguns abatimentos de via e neste caso concreto, esta é uma via que tem alguma intensidade de trânsito, é uma via de ligação interconcelhia e nós já ouvimos aqui várias vezes o Senhor dizer que os serviços têm em fase de planeamento uma intervenção nesta via. Objetivamente era trabalharmos para que essa intervenção se faça o mais rapidamente possível. O tempo tem sido amigo das intervenções e julgo que está na altura de as fazermos. Portanto, Senhor Presidente, perguntar-lhe se efetivamente podemos contar com esta intervenção a curtíssimo prazo. Já referiu aqui o acidente no IC2, eu julgo, porque também eu, o Ricardo Tavares e a Gracinda, somos utilizadores frequentes da zona das Mangas, os acidentes na zona da Mangas também são frequentes. É assustadora a quantidade de acidentes, alguns deles com alguma gravidade, porque há ali uma grande confluência de vias e há alguma intensidade de trânsito naquela zona, mas obviamente que a questão do IC2, embora percebamos que há já uma resposta das Infraestruturas de Portugal e temos uma comissão criada no seio da Assembleia Municipal, que não sei se tem produzido algum trabalho no sentido de apresentar às Infraestruturas de Portugal, o que é o facto é que independentemente do trabalho feito pelas Infraestruturas de Portugal e o trabalho feito por essa comissão, a Câmara Municipal tem também que cumprir a sua tarefa, porque estamos a falar de uma coisa tão importante como esta de salvar vidas humanas. Portanto, eu não tenho dúvidas que se não tivermos uma resposta urgente, se não agirmos com urgência, mais vidas se perderão, não tenho nenhuma dúvida sobre isso, infelizmente. É absolutamente fundamental que nós respondamos definitivamente aos problemas que têm acontecido e têm sido muitos os acidentes que lá têm acontecido. Um dos mais recentes foi o falecimento do irmão do Veloso, uma funcionária do Pingo Doce, uma jovem e também um acidente grave, este mais antigo, da irmã do Dr. Jorge Silva. Temos aqui um conjunto importante de acidentes e são muitos, estou a falar destes mas são apenas exemplos, não quero sequer distingui-los, todos eles são muito graves e nalguns resume-se a perda de vidas humanas. Senhor Presidente, eu não percebo rigorosamente nada, quero deixar aqui esse parêntese, eu não percebo rigorosamente nada de segurança rodoviária, não sei se as soluções de sinalização vertical, marcações horizontais, balizamentos, estudos de aderência do piso resolvem o problema. Senhor Presidente, parece-me que um separador central físico era uma possibilidade que nós devíamos equacionar ou pelo menos verificar tecnicamente quais são as vantagens e desvantagens dessa solução técnica, porque uma grande parte dos acidentes que resultam em acidentes graves, têm basicamente a ver com a perda do controlo e com o atravessamento para a outra faixa de rodagem, provocando assim colisões. Não sei se isto faz algum sentido, mas de qualquer forma gostaria de ver essa possibilidade equacionada, porque basicamente as soluções que foram apontadas não me parecem que sejam soluções que resolvam definitivamente o

problema, podem minimizar a gravidade ou a quantidade de ocorrências graves, mas não erradicam as ocorrências graves e, portanto, julgo que temos que ter soluções um pouco mais drásticas. Para terminar, perguntar se existe já definida alguma situação em relação ao mercado municipal. Tínhamos falado na questão da renovação de concessão, se vamos isentar ou não vamos isentar e se realmente foram dadas algumas respostas àquelas questões que coloquei nomeadamente dum comerciante que tinha o equipamento de frio avariado há muito tempo, saber se esse problema foi resolvido. Em relação à reunião com o responsável da Wuhan, aguardo para que, logo que haja disponibilidade de ambas as partes, possamos conversar e perceber efetivamente se havia a intenção de manter e de avançar com o investimento, mas perceber que programação é que está feita para se avançar com o investimento. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Vou procurar dar as informações às múltiplas questões que foram colocadas. A primeira, é a para a Senhora Vereadora Ana Jesus, da questão de ter transitado e julgado, eu vou hoje mesmo contactar o advogado que defendeu o Centro de Línguas neste processo para depois numa próxima reunião já ter mais dados relativamente à matéria que aqui nos trouxe. Quanto às questões colocadas pelo Senhor Vereador Hélder Simões, a concessão do estacionamento à superfície ainda não acabou, ela está quase a acabar, mas ainda não acabou, acaba em Outubro. Ainda está em funcionamento, não deve estar por muitos dias, mas ainda está em funcionamento. Há neste momento um problema acrescido em tudo isto, como sabe, paralelamente ao estacionamento à superfície, a mesma empresa tem a gestão do parque de estacionamento. São processos diferentes, mas vai ver que há uma relação entre esta situação. A empresa está a sofrer uma reestruturação profunda, o Grupo Soares da Costa e, neste caso concreto, as pessoas com quem estamos a conversar sobre esta matéria, também demonstram alguma falta de informação, eles não sabem bem o que vai acontecer à empresa, porque há uma empresa espanhola que comprou, ou quer comprar, a parte da Soares da Costa que tem a ver com os estacionamentos em muitos sítios do país. São processos diferentes, é verdade, mas é a mesma empresa e, portanto, temos as duas coisas em cima da mesa. Eu julgo que, possivelmente na próxima reunião de câmara, teremos que nos debruçar sobre este assunto. Eu pedi ao Senhor Vice-presidente Ricardo Tavares, que tem acompanhado este processo, que este processo tivesse envolvimento de todos antes de aprovarmos aqui a decisão final. Outra matéria importante que o Senhor Vereador Hélder Simões colocou, e ele já foi executivo, já esteve num órgão executivo com funções executivas na Junta de Freguesia de São Roque e sabe perfeitamente que estas questões relacionadas com as empreitadas nesta altura do ano, nestas alturas de fechos de ciclos de fundos comunitários, são sempre muito complicadas. Portanto, isto não é um caso de Oliveira de Azeméis, é um caso de todos os municípios que têm ou candidaturas em overbooking, ou obras a decorrer no esforço máximo e eu acho que isso os senhores também nos deviam acompanhar no esforço máximo de garantir o financiamento na totalidade das obras. Reparem que relativamente aos resultados do overbooking, há quantidade de candidaturas que nós fizemos só tivemos ainda resultado de uma candidatura que fizemos. Não temos resultados das

outras e isto acontece em muitas outras câmaras do país. E porquê? Porque enquanto não se fecharem um conjunto de candidaturas, não se sabe o montante das verbas disponíveis a atribuir aos projetos que foram candidatados. O Campo de Jogos Municipal de Cucujães é uma candidatura que foi feita ao overbooking, que aguarda também o financiamento. Já tem uma taxa de execução superior àquela que disse na informação que foi veiculada na última Assembleia Municipal, mas eu posso-lhe trazer isso tudo com pormenor. Depois há uma diferença, Senhor Vereador Helder Simões, entre a execução financeira e a execução propriamente dita da obra. E aí em projetos, se a memória não me atraiçoa, em projetos até cinco milhões de euros, nós podemos por um lado encerrar a candidatura em outubro e podemos continuar a fazer a construção até junho de 2017. Nós estamos a falar de uma parte muito técnica, mas eu não tenho problema em lhe poder dar nota ponto por ponto aqueles que me colocou. Zona Escolar e Desportiva, é um muro que não está financiado, ou seja, a obra porque é que não avançou? Porque não temos garantido financiamento, é daquelas que está no overbooking também. Não tendo garantido financiamento não avançamos com a obra. Obra da Feira dos Onze também tem uma candidatura, mas também ainda não tem reposta. O Senhor Vereador Isidro Figueiredo, coincidência, pediu para fazer uma reunião urgente com projetista, empreiteiro e câmara municipal, porque eu também me “tenho chateado” pelo fim da obra. Porquê? Porque há muita coisa feita e detetou-se uma situação que precisa de ser resolvida. Eu até já vos digo: já que estamos a investir ali e fazer aquela requalificação, eu já disse isso ao Senhor Vereador Isidro Figueiredo, acho que nós devíamos também fazer um arranjo na Rua António Joaquim de Freitas. Logicamente que haverá mais custos e aí temos que os suportar. Senhor Vereador Manuel Alberto, a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria rescindiu o contrato com a Luságua na ETAR do Salgueiro e na ETAR de Ossela. É a informação eu tenho para lhe dar, não lhe posso dar mais informação nenhuma. Em relação aos transportes escolares, Senhor Vereador, se for necessário promover uma acareação relativamente aos transportes escolares com o Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, acho que era importante. Senhor Vereador Joaquim Jorge, o Senhor falou aqui de uma matéria que é uma matéria sensível para o município, para os autarcas, para os Presidentes de Junta, para a população em geral e que tem a ver com os caixotes do lixo. O Senhor Vereador teve esta semana uma reunião, na segunda-feira, com a empresa que nos presta esse serviço, com o diretor operacional e com a administração da empresa, onde lhe foi dada a indicação de um novo encarregado geral para o Município de Oliveira de Azeméis. Nós temos tido a colaboração das Juntas de Freguesias e temos vindo a repor muitos contentores que estão em mau estado. Há neste momento, uma monitorização por GPS de todos os contentores no concelho e, portanto, sempre que uma Junta de Freguesia nos vai sugerindo uma alteração do local do contentor, nós procuramos satisfazer desde que isso não coloque em causa outras situações. Quanto à questão que me colocou da Indaqua, dos pontos de descarga, eu espero que não voltemos a falar sobre o assunto, nós já falamos com a Indaqua relativamente a essa matéria. Eu próprio já presenciei e é absolutamente desagradável, para além do odor, é o aspeto. Dizer que nós recebemos um

abaixo-assinado, fomos ao local perceber o que é que se estava a passar e reportamos à Indaqua. Fizer que foi-nos garantido que essa situação não iria voltar a ocorrer. Eu tenho uma info escrita da Indaqua a dizer que isto não voltava a acontecer. Quanto às fossas e às descargas, é um assunto que vamos discutir com as Juntas de Freguesia e com a Indaqua agora na preparação do orçamento para 2016, portanto já está em conversas com as Juntas de Freguesia. A iluminação na Travessa Preza da Cachana, isso tem a ver com a EDP. Está pedido. Só que ainda agora tivemos que reclamar da EDP. Se repararam foram repostos uma série de postes que estavam partidos há não sei quanto tempo e infelizmente a gente reporta e depois temos que endurecer os reportes para as coisas serem resolvidas. A questão das luzes, também eu posso-vos dizer que uma das que me incomodou profundamente ainda recentemente numa conversa que tive com a EDP, foi a ligação ao Cercal, naquela descida para S. Roque, naquela via não há luz pública. Rua da Espinheira, ontem mesmo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia esteve com o Eng.º Castanheira. A questão que se coloca aqui, como o Senhor Vereador conhece, é que é uma zona de muito trânsito e aquilo que eu também quero garantir dos técnicos, é que a solução que se arranje seja uma solução duradoura. O que eu pedi, quer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, quer ao Eng.º António Castanheira, foi que pudessem no local encontrar uma solução, porque o escavamento subterrâneo continua e fazer o muro tal como estava inicialmente previsto pode não resolver o problema. Quanto à zona das Mangas, nós temos um projeto feito para implementação de uma rotunda que aguarda a aprovação das Estradas de Portugal. Quanto aos acidentes no IC2, as Infraestruturas de Portugal acham que a supressão de uma das vias, as tais faixas de desaceleração, resolve o problema em muitos casos. Eles inclinam-se tecnicamente para essa situação aqui no IC2. Não vamos falar do mercado municipal hoje, porque o Vereador Pedro Marques não está cá e eu gostava que estivesse, na próxima reunião podemos falar das questões do mercado. Em relação à Wuhan, nós já falamos com o Eng.º Carlos Teixeira e já lhe dissemos que tinha que vir a uma reunião onde também estariam presentes os Vereadores do Partido Socialista. Por último, eu julgo que nós ainda não aprovamos, e é mais que justo e merecido, um voto de louvor ao João Domingues, que foi Campeão Nacional de Ténis, pela segunda vez. E também julgo que não fica mal que possamos também fazer uma referência à eleição da Helga Correia como deputada. Neste momento, no hemiciclo, é a única deputada de Oliveira de Azeméis. Esperemos que ela tenha um bom mandato, não sei se longo, se curto, mas que seja pelo menos virtuoso. Senhor Presidente concedeu novamente a palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal para esclarecer a questão da Casa Museu. A Casa Museu não se encontra encerrada ao público, já é possíveis as visitas com marcação prévia. Temos um problema com recursos humanos, nós tínhamos lá uma trabalhadora mas terminou o contrato de emprego e inserção e agora estamos a aguardar a publicação do aviso de abertura para o concurso de assistentes técnicos. Quanto às obras do telhado, ainda na semana passada os serviços garantiram-me que as obras iam avançar a curto prazo. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias vinte e quatro do passado mês de setembro e sete do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** *O Senhor Presidente colocou à votação as atas número 46, 52, 54, 55 e 56, as quais fora aprovadas por unanimidade.* =====

===== **PESSOAL** =====

===== **RELATÓRIO FINAL DO PROCESSO DISCIPLINAR N.º 1/2015 (I/76128/2015):** *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O Relatório final Processo Disciplinar (em epígrafe), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Que nas autarquias locais a aplicação da sanção disciplinar é da competência do Órgão Executivo; - Que em 05 de outubro de 2015, foi proferido despacho pelo Senhor Vereador Dr. Pedro Marques, com o seguinte teor: “Concordo. Remeta-se a reunião de Câmara”. Proponho: Que se remeta o referido relatório para decisão, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do art.º 197º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).” Após análise da mesma, foi deliberado por unanimidade solicitar relatório à segurança social antes da tomada de decisão.* =====

===== **RELATÓRIO FINAL DO PROCESSO DISCIPLINAR N.º 2/2015 (I/72487/2015):** *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O Relatório final Processo Disciplinar (em epígrafe), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Que nas autarquias locais a aplicação da sanção disciplinar é da competência do Órgão Executivo; - Que em 14 de setembro de 2015, foi proferido despacho pelo Senhor Vereador Dr. Ricardo, com o seguinte teor: “Concordo. Remeta-se a reunião de Câmara”. Proponho: Que se remeta o referido relatório para decisão, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do art.º 197º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).” Após análise da mesma e votação por escrutínio secreto, foi deliberado por maioria, com seis votos a favor e dois votos contra, aplicar*

ao trabalhador João Correia Azevedo a pena de suspensão por vinte dias, suspensa por um ano, de acordo com o n.º 4 do art.º 181.º e n.º 2 do art.º 192 da referida Lei. =====

===== **EDUCAÇÃO** =====

===== **DIANA FILIPA OLIVEIRA ROCHA – REVOGAÇÃO DE APOIO (I/76083/2015)**: Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O deliberado em reunião do Executivo de 23/07/2015 e Sessão da Assembleia Municipal de 07/09/2015, em que foi atribuído à aluna Diana Filipa Oliveira Rocha, o apoio mensal de € 380,00, para fazer face às despesas de alojamento em Lisboa, dado a mesma ter ingressado na Escola de Dança do Conservatório Nacional; - O ofício remetido pelo encarregado de educação da aluna, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho: A revogação do deliberado em reunião de 23/07/2015 pelos motivos invocados no referido ofício, com efeitos retroagidos a 01/10/2015, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para conhecimento.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE AZAGÃES; FUTSAL CLUBE DE AZEMÉIS; GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DE OSSELA E PARC – PINDELO ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL (I/47336/2015)**: Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Incumbe às Autarquias Locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos – n.º 1, art.º 6.º da Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto); - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46.º (Apoios Financeiros), daquele diploma legal, “3- Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei”, proponho: - A aprovação das minutas de contratos-programa, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Associação Cultural e Desportiva de Azagães; Futsal Clube de Azeméis; Grupo Cultural e Recreativo de Ossela e PARC- Pindelo Associação Recreativa e Cultural, ao abrigo das alíneas o) e u), n.º 1, art.º 33, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; os encargos resultantes dos contratos-programa estão suportados em termos orçamentais, com os compromissos de fundo disponível n.ºs 3287, 3288, 3289, 3290/2015, conforme determina a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-lei n.º 127/2012 de 21 de

junho e respectivas alterações.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS COM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE LOCAÇÃO (I/73108/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, com vista à realização de um espetáculo de Música, dia 07/11/2015 às 21h30m, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º 2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º 2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, ao abrigo designadamente do disposto no n.º 2 do art.º 6º e n.º 2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMPASSOS – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS COM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE LOCAÇÃO (I/73172/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado por Mónica Sofia Soares Pinho, em representação da “COMPASSOS”, com vista à realização de espetáculo de Dança, dia 17/10/2015, às 21h30m, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º 2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º 2 do art.º 7º do citado Regulamento,

com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à "COMPASSOS", representada por Mónica Sofia Soares Pinho, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/75951/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos e Ações Sócio-Habitacionais, em que da análise social dos requerimentos de apoio ao arrendamento, se verifica que reúnem os requisitos necessários para beneficiarem do apoio, propõe-se o seguinte: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a atribuição de um apoio económico mensal com início no mês de outubro de 2015, em conformidade com o quadro abaixo:

Nome	Freguesia	Nº Contribuinte	Valor Apoio	N.º EPEF	N.º CFD
Monica Alexandra Soares Pereira	O. Azeméis	209 097 566	€40	1808	3499
Luís Miguel Santos Soares S. Oliveira	O. Azeméis	227 411 927	€45	1809	3500
Lucinda Vilaça da Costa	Cucujães	111 327 717	€52,50	1810	3501
Argentina Maria Leite Rodrigues	Loureiro	205 168 728	€75	1811	3502
Siandra Alves Almeida	O. Azeméis	262 507 153	€60	1812	3503
Maria Helena Dias da Costa	O. Azeméis	187 091 862	€52,50	1813	3504
Manuel da Costa Correia	Cucujães	177 474 539	€45	1814	3505
Agostinho Leonor José Rodrigues	O. Azeméis	180 948 890	€52,50	1815	3506
Luísa Maria Silva Dias	Ul	210 255 870	€60	1816	3507
Isaque Marques da Silva Velhas	O. Azeméis	190 672 609	€52,50	1817	3508

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE RENOVACÃO E REAJUSTAMENTO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/75880/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, relativa à renovação dos pedidos de apoio ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a renovação dos apoios, em conformidade com o quadro abaixo, que integra os respetivos números de compromisso de fundo disponível:

Nome	Nº Contribuinte	Valor Apoio	Valor da Renovação	Mês da Renovação	N.º CFD
Ana Paula Pereira Costa	194 165 850	€ 35	€ 30	maio	205
Liliana Filipa Ferreira Neves	244 753 598	€ 60	€ 60	outubro	284
Alice Pereira Reis	202 954 935	€ 45	€ 45	outubro	188
Maria Inês matos	175 309 078	€ 40	€ 40	outubro	342
Paula Fernanda da Silva Santos	209 541 091	€ 120	€ 120	outubro	429
Hermínio Almeida P. Carvalho	175 309 132	€ 60	€ 60	outubro	267
Rosa Maria de Matos	125 710 372	€ 87,50	€ 87,50	outubro	449

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE CESSAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/75910/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, no âmbito da cessação dos apoios ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a cessação dos seguintes apoios a partir do mês de outubro de 2015, por não apresentarem requerimento de candidatura para renovar o referido apoio: Maria Alice de Oliveira Carvalho, António da Silva Soares, Jorge Manuel Pinto Coelho e António Silva Gomes.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **UNIÃO DESPORTIVA OLIVEIRENSE – ISENÇÃO DE TAXAS (I/73692/2015):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1 - Que a prática desportiva é reconhecida como um elemento fundamental de

educação, cultura e vida social, proclamando-se o interesse de direito da sua prática; 2 - Que a prática desportiva constitui um fator de equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento da população, sendo indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade; 3 - As atribuições dos municípios em matéria de cultura, tempo livres e desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do anexo I da lei n.º 75/2013, 12 setembro); 4 - Que o desenvolvimento de atividades neste âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos; 5 - A importância do desporto no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; 6 - Que para integração das taxas de utilização dos equipamentos desportivos incluindo o pavilhão municipal, estão a ser desenvolvidos procedimentos de preparação, elaboração e aprovação das respetivas taxas de utilização; 7 - Que de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º 73/2013, "a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios"; 8 - Que as instituições desportivas desempenham um papel importante na captação de crianças e jovens para a prática desportiva desde a formação até à competição, o que contribui para a evolução do desporto no concelho; 9 - Que a União Desportiva Oliveirense, entidade de utilidade pública conforme consta do Despacho publicado no D.R. n.º 76, II série, 2 de abril de 1986, com o número de identificação fiscal 501416293, que visa o engrandecimento do desporto nacional desenvolvendo a prática desportiva e proporcionando meios de recreio e de cultura, solicitou a cedência do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira com caráter regular para a realização de treinos e jogos no âmbito da formação desportiva das camadas infantis e jovens; Propõe-se, que nos termos e para os efeitos do artigo 16.º n.º 2 da Lei n.º 73/2013: 1 - A isenção total de taxas, tarifas ou outros encargos pela utilização do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, até ao final da época desportiva 2015/2016, com a despesa fiscal estimada em 9.500€, à União Desportiva Oliveirense, nos termos da tabela, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 2 - O envio da presente proposta para autorização da Assembleia Municipal." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ==

===== FUTSAL CLUBE DE AZEMÉIS – ISENCÃO DE TAXAS (I/74805/2015): Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1 - Que a prática desportiva é reconhecida como um elemento fundamental de educação, cultura e vida social, proclamando-se o interesse de direito da sua prática; 2 - Que a prática desportiva constitui um fator de equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento da população, sendo indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade; 3 - As atribuições dos municípios em matéria de cultura, tempo livres e desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do anexo I da lei n.º 75/2013, 12 setembro); 4 - Que o desenvolvimento de atividades neste âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos; 5 - A

importância do desporto no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; 6 – Que para integração das taxas de utilização dos equipamentos desportivos incluindo o pavilhão municipal, estão a ser desenvolvidos procedimentos de preparação, elaboração e aprovação das respetivas taxas de utilização; 7 – Que de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º73/2013, "a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios"; 8 – Que as instituições desportivas desempenham um papel importante na captação de crianças e jovens para a prática desportiva desde a formação até à competição, o que contribui para a evolução do desporto no concelho; 9 – Que de acordo com os artigos 2.º e 3.º dos estatutos do Futsal Clube de Azeméis, é uma associação de carácter desportivo, cultural e juvenil, sem fins lucrativos que "tem por objeto a promoção cultural dos sócios através da educação cultural e desportiva e a ação recreativa cultural", solicitou a cedência do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira com carácter regular para a realização de treinos e jogos no âmbito da formação desportiva das camadas infantis e jovens; Propõe-se, que nos termos e para os efeitos do artigo 16.º n.º2 da Lei n.º73/2013: 1-A isenção total de taxas, tarifas ou outros encargos pela utilização do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, até ao final da época desportiva 2015/2016, com a despesa fiscal estimada em 17.552 €, à Entidade Futsal Clube Azeméis, nos termos da tabela, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 2 - O envio da presente proposta para autorização da Assembleia municipal." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== ENESSE BASQUETEBOL CLUBE – ISENÇÃO DE TAXAS (I/74726/3015):

Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando: 1 - Que a prática desportiva é reconhecida como um elemento fundamental de educação, cultura e vida social, proclamando-se o interesse de direito da sua prática; 2 - Que a prática desportiva constitui um fator de equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento da população, sendo indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade; 3 - As atribuições dos municípios em matéria de cultura, tempo livres e desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do anexo I da lei n.º 75/2013, 12 setembro); 4 – O desenvolvimento de atividades neste âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos; 5 - A importância do desporto no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; 6 - Que para integração das taxas de utilização dos equipamentos desportivos incluindo o pavilhão municipal, estão a ser desenvolvidos procedimentos de preparação, elaboração e aprovação das respetivas taxas de utilização; 7 - Que de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º73/2013, "a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara

Municipal, através de deliberação fundamentada, que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios”; 8 – Que as instituições desportivas desempenham um papel importante na captação de crianças e jovens para a prática desportiva desde a formação até à competição, o que contribui para a evolução do desporto no concelho; 9 – Que de acordo com artigos. 1.º e 2.º dos estatutos a Associação “Enesse Basquetebol Clube” com o número de identificação fiscal 510108784 é uma entidade “sem fins lucrativos que tem como fim promover a prática desportiva, em particular do basquetebol, usando a modalidade como motor de formação e desenvolvimento social, desportivo e cultural dos seus associados”, solicitou a cedência do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira com carácter regular para a realização de treinos e jogos no âmbito da formação desportiva das camadas infantis e jovens; Propõe-se, que nos termos e para os efeitos do artigo 16.º n.º2 da Lei n.º73/2013: 1 - A isenção total de taxas, tarifas ou outros encargos pela utilização do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, até ao final da época desportiva 2015/2016, com a despesa fiscal estimada em 1.800€, à Enesse Basquetebol Clube, nos termos da tabela, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 2 - O envio da presente proposta para autorização da Assembleia Municipal.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** =====

===== **PROPOSTA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA PROF. MANUEL PINHEIRO MAGALHÃES, UL (I/73270/2015):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: a) Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); b) A necessidade de prevenir o excesso de velocidade na Rua Prof. Manuel Pinheiro Magalhães, na “freguesia” de Ul. c) O pedido registado através do E/20137/2015, que relata o excesso de velocidade praticado na via em questão. Proponho: 1. A colocação de dois sinais verticais de limitação de velocidade – sinais C13 (40 Km/h), um no início da Rua Prof. Manuel Pinheiro Magalhães e outro no final. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, remetendo-a à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDOS DE CERTIDÕES DE COMPROPIEDADE:** =====

===== **PI/6095/2015 (I/75716/2015) – MANUEL LIMA DE PINHO,** cabeça de casal da herança aberta por óbito de Álvaro Fernandes de Pinho, residente na Travessa da Gândara, n.º 26, freguesia de Carregosa, deste concelho, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade dos seguintes prédios: 1- Cultura de Regadio, sito no lugar da Cruz, freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 1908,38m², a confrontar de norte com caminho, de sul com Rua Paroquial, de nascente com Herdeiros de Álvaro Fernandes de Pinho e de poente com Cemitério Paroquial, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2690 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 2448/20101202; 2- Urbano, sito no lugar de Pisão, freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 14300m², a confrontar de norte com estrada, de sul com Margarida Gomes dos Santos, de nascente com José Leite da Rocha Júnior e de poente com Iria Rocha, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 793 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 1624/20051216. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PI/6032/2015 (I/75701/2015) – JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA RESENDE,** casado no regime de comunhão geral de bens com Maria Lucinda de Pina e Pinho, residente na Rua Padre António da Rocha n.º 364, freguesia de Cesar, deste concelho, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade dos seguintes prédios rústicos: 1- Cultura, sito no lugar de Pinheiro (Rua do Pinheiro), freguesia de Cesar, deste concelho, com a área total de 260m², a confrontar de norte com Camilo Correia de Aguiar, de sul com António Andrade Resende, de nascente com estrada e de poente com urbano do próprio, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 854 e parte do descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 602; 2- Mato e cultura de sequeiro, sito no lugar de Sarzedo (Rua do Pinheiro), freguesia de Cesar, deste concelho, com a área total de 650m², a confrontar de norte com urbano do mesmo, de sul, nascente e poente com caminho, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 853 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 2100; 3- Pinhal, sito no lugar de Outeiro do Ferreiro (Rua dos Emigrantes), freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 1456m², a confrontar de norte com caminho, de sul com proprietário, de nascente com Leôncio Pais Ferreira e de poente com proprietário, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2915 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 1354; 4- Pinhal, sito no lugar de Outeiro do Ferreiro (Rua dos Emigrantes), freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 818m², a confrontar de norte com caminho, de sul e de poente com proprietário, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2914 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob

o número 2566; 5- Pinhal, sito no lugar de Outeiro do Ferreiro (Rua dos Emigrantes), freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 568m², a confrontar de norte com caminho, de sul, nascente e poente com proprietário, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2913 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 2568; 6- Pinhal, sito no lugar de Outeiro do Ferreiro (Rua dos Emigrantes), freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 568m², a confrontar de norte com caminho, de sul, nascente e poente com proprietário, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2912 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 2567; 7- Pinhal, sito no lugar de Outeiro do Ferreiro (Rua dos Emigrantes), freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 818m², a confrontar de norte com caminho, de sul, nascente e poente com proprietário, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 1747 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 2565; 8- Pinhal, sito no lugar de Outeiro do Ferreiro (Rua dos Emigrantes), freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 818m², a confrontar de norte com caminho, de sul, nascente e poente com proprietário, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2910 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 2569; 9- Pinhal, sito no lugar de Outeiro do Ferreiro (Rua dos Emigrantes), freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 991m², a confrontar de norte com caminho, de sul e nascente com proprietário e de poente com caminho e proprietário, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2909 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 2564; 10- Pinhal, sito no lugar de Outeiro do Ferreiro (Rua dos Emigrantes), freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 11163m², a confrontar de norte com proprietário, de sul com Deolinda Rosa de Oliveira, de nascente com Leôncio Pais Ferreira e de poente com caminho, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2908 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 2563. A certidão destina-se a instruir escritura de doação a favor das filhas, onde os prédios serão adjudicados na proporção de ½ indivisa para cada uma delas. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º3 e para efeitos do disposto no n.º4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o n.º4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12h, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====